

TEXTOS NEPO 3

**ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS
DO ESTUDO DE POPULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

**João Carlos Duarte
Lilia T. Montali
Maria Coleta F. A. de Oliveira
Neide Lopes Patarra**

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
OUTUBRO 1985**

APRESENTAÇÃO

Este texto não é recente; foi escrito em 1978, momento de intensas discussões que se realizaram no Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (PRODEUR) da FAU/USP. Na verdade, essas discussões internas inseriam-se no âmbito latino-americano, num ambiente de reflexão e avaliação do "estado das artes", propiciado pelo Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población relevantes para Políticas de Población in America Latina (PISPAL) – que encerrava sua terceira etapa de atividades – e, também pelas reuniões dos Grupos de Trabalho da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO, fórum de debates dos avanços, dilemas e perspectivas dos Estudos de População na América Latina.

A retomada recente de contato com questões de constituição do objeto de estudo, e, portanto de questões teórico-metodológicas em decorrência da inserção do Núcleo de Estudos de População no Doutorado da UNICAMP, nos remeteu novamente a esse texto, o qual, por diversas circunstâncias, não havia sido publicado.

Apesar dos anos passados desde sua elaboração, parece-nos que as questões aí colocadas permanecem bastante válidas e atuais. As relações entre a prática de pesquisa e a própria dinâmica demográfica recente tem evidenciado também que algumas propostas presentes no texto estão se mostrando promissoras no entendimento dos temas que nos ocupam.

A atividade didática e a necessidade de refletirmos sobre nossa produção, aliadas ao interesse em contribuir a divulgação do "estado da arte" na área dos Estudos de População, reforçaram nossa decisão de trazer à luz este texto, na sequência de TEXTOS NEPO, que o Núcleo vem publicando esperando, com o mesmo, contribuir para um debate profícuo com colegas da área e de áreas afins.

Neide Patarra.

**ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS DE POPULAÇÃO DA
AMÉRICA LATINA**

João Carlos Duarte
Lilia T. Montali
Maria Coleta F. A. de Oliveira
Neide Lopes Patarra

SUMÁRIO

1. POPULAÇÃO: OBJETO E PROBLEMÁTICA	6
2. POPULAÇÃO: ESTATUTO TEÓRICO	8
3. O PROBLEMA DAS MEDIAÇÕES	11
4. FAMÍLIA COMO MEDIAÇÃO	16
5. ALGUMAS SUGESTÕES PARA O FUTURO.....	17
ANEXO	20

RESUMO

O presente texto constitui um esforço conjunto de reflexão teórico-metodológica sobre os Estudos de População, iniciando-se com uma avaliação crítica e proposta de redefinição do objeto de estudo dentro de um referencial teórico explícito e a partir de situações históricas concretas. Segue-se uma parte referente às mediações, às diversas modalidades de sua inserção na construção do objeto de estudo, e as implicações dessas modalidades em termos de níveis de análise imprescindíveis ao processo de reconstrução da realidade. A família, mediação frequente nos Estudos de População em geral, e sempre presente nos estudos de fecundidade, é proposta como momento do pensamento na reconstrução do objeto de estudo, entendido este como a reprodução dos modos de viver socialmente. Finalmente, em decorrência das considerações apresentadas e das opções metodológicas adotadas, indicam-se algumas pistas metodológicas para encaminhamentos posteriores da prática de pesquisa.

ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS DE POPULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

1. POPULAÇÃO: OBJETO E PROBLEMÁTICA

Do exame dos trabalhos sobre as questões populacionais realizados na América Latina nos anos 70¹, ressaltam a multiplicidade e a aparente falta de conexão entre os temas eleitos pelos pesquisadores. Cabe indagar as razões dessa multiplicidade. Não seria ela o reflexo da inexistência de um consenso – ou das bases mínimas para um consenso – a respeito do que seria uma Teoria de População? Esta indagação nos remete a uma questão anterior a esta cuja resolução é, ao mesmo tempo, premente e difícil. Ou seja, na verdade cabe indagar qual deveria ser o estatuto das proposições a respeito da População no corpo das Ciências Sociais.

A quase ausência de reflexão sobre essa questão tem, acreditamos, contribuído para que à multiplicidade de temas abordados somem-se a multiplicidade de posturas teóricas e a erraticidade na articulação de níveis de análise que caracterizam a produção por nós examinada. Não que a variedade de abordagens seja um mal em si. Ao contrário. O problema reside na quase impossibilidade de delimitar onde caracterizar as diferenças de enfoque face à enganosa unanimidade estabelecida em torno da assim chamada "abordagem histórico-estrutural".

Estamos, na verdade, frente a duas ordens de problemas que convém agora separar. Refere-se, uma delas, a definição do objeto de estudo "População" e à evolução do referencial teórico sob o qual essa definição vem se dando. E a outra, à fragilidade do consenso em torno da abordagem histórico-estrutural. Este último problema pode ser visto como a resultante atual da trajetória em busca da definição do objeto e do seu referencial teórico. Começemos por ele.

A unanimidade a que nos referimos acima só tem sido possível em razão da extrema imprecisão a respeito dos post-lados centrais à abordagem histórico-estrutural. Sob esse rótulo abrigam-se arcabouços teóricos diversos, de variada ordem de generalidade, raramente articulados ou compatibilizados entre si: do dualismo cepalino a seu sucedâneo, a heterogeneidade estrutural; ao economismo de mais ou menos remota inspiração marxista, etc, etc. O que parece impelir todos para a fraternidade estruturalista e o horror à Teoria da Modernização. A crítica à Teoria da Modernização representou,

¹ Estas notas apoiam-se numa revisão realizada pela equipe do PRODEUR dos estudos realizados na Região sob os auspícios do Programa de Investigações Sociais Relevantes para Políticas de População na América Latina – PISPAL. A relação de trabalhos examinados segue em anexo a este ensaio.

reconhecemos, um momento importante na redefinição da problemática populacional na América Latina. O problema consiste em que para uma grande parte da produção examinada, aquela teoria nunca foi superada, embora seja sistematicamente negada (o termo não é empregado aqui no sentido dialético, obviamente). Isto é, o que se verifica é que é na verdade o horror à Teoria da Modernização que delimita, por oposição, a abordagem histórico-estrutural, dando aparência de unidade – de aos enfoques em realidade diversos que sob tal signo se agrupam. Por isso, por definir-se na negação, o paradigma histórico-estrutural é precário. Confrontado com tal afirmação, cada pesquisador tenderá a discordar, porque terão para si suficientemente claros os postulados e conceitos que constituem o paradigma. Mas, se olhar para a produção de seus colegas que dizem reger-se pelo mesmo paradigma, dificilmente o reconhecerá nela. Pois que a raiz da imprecisão está em que os diversos arcabouços teóricos que aí se abrigam delimitam e articulam diferentemente conceitos e categorias, muitas vezes nominalmente iguais e que, transitando de um domínio teórico para outro, estabelecem zonas de opacidade que ensejam, em alguns casos extremos, a reabsorção de elementos da exorcizada Teoria da Modernização. Para resumir, a falta de rigor teórico que, como causa e resultado, vai perpetuando essa situação acaba por refletir-se na indefinição do próprio objeto de estudo "População". Chegamos assim àquela primeira ordem de problemas: a constituição do objeto, que pretendemos indissolúvelmente ligada a questão do estatuto teórico das proposições referentes a esse objeto.

Admite-se que diferentes teorias incorporam de maneiras diferentes seus objetos. Ou melhor, em cada uma delas o objeto é reconstruído diferentemente, segundo a maneira como ele se articula aos demais, é por eles determinado e os determina.

Tradicionalmente, na assim chamada Análise Demográfica, o objeto "População" é construído a partir de três blocos: natalidade, mortalidade e migrações. Mas, trata-se de uma articulação estatística, indeterminada porque isolada de uma teoria que a coloque no contexto de determinações sociais mais amplas. A introdução de elementos da Teoria da Modernização, por um lado, e o neo-malthusianismo, por outro, vem suprir o objeto assim construído daquelas determinações. O apelo a Malthus era particularmente feliz, pois que ele, em oposição a Smith e Ricardo, admitira a influência de outro fator que não o fundo de salários sobre o crescimento populacional. Trata-se da variação da estrutura de consumo, privilegiando o ângulo do consumidor. Nesse ponto, então, faz-se facilmente a articulação entre o neo-malthusianismo e a Teoria da Modernização, na tentativa de explicar, principalmente, a mudança dos padrões de fecundidade que acompanha a urbanização com efeitos sobre as taxas de natalidade. A

ênfase da explicação recai nos fatores psicossociais, nas motivações do comportamento reprodutivo e das migrações. Os melhores exemplares dessa abordagem não confundem as "motivações" com as "causas" dos componentes da dinâmica. Mesmo assim, o alcance das explicações permanece insatisfatório por força da insatisfatória e cada vez mais rala teoria sociológica subjacente. As abordagens histórico-estruturais reagem contra essa situação, com a tentativa de incorporar a dinâmica populacional à dinâmica de reprodução da sociedade.

Se, de certa maneira, o ponto de partida da Análise demográfica corresponde à não problematização do objeto "População", a etapa dominada pela Teoria da Modernização reflete as preocupações com a transição e a explosão demográfica, e a fase histórico-estrutural ocupa-se da negação dessa problemática, substituindo-a, inicialmente, pela questão do desenvolvimento nacional e, em seguida, pela problemática da expansão do capitalismo na periferia.

Afirmamos anteriormente que o objeto de estudo não se define fora de um contexto teórico e que este, por sua vez, desenvolve-se e torna-se mais preciso com a definição do objeto. Vemos agora que não se trata simplesmente de uma dialética no plano do conhecimento. De fato o objeto muda em função da problemática que lhe dá sentido, resultando, por – tanto, das relações dialéticas entre a reflexão crítica e as transformações que tem lugar na sociedade. Mas aquela mudança não deveria ser apenas o resultado não procurado dos processos de transformação social. Ao contrário, a reflexão sobre aqueles processos deveria ser trazida para o centro mesmo do debate sobre a constituição do objeto de estudo "População".

2. POPULAÇÃO: ESTATUTO TEÓRICO

Tratamos de resumir na seção anterior a evolução que vem sofrendo a concepção do objeto de estudo da Demografia e, com ela, a constituição do referencial teórico. Voltaremos a esse tema mais adiante. Na presente seção levantaremos alguns problemas teórico-metodológicos no interior de um dos quadros de referência teórica (o materialismo histórico) para, no fim, retomar a questão de constituição do objeto "População".

A busca dos determinantes sobre os processos populacionais acabou por desaguar (não por acaso, e não por uma dialética interna do processo cognitivo, como já insistimos) na problemática população – acumulação. Assim, tratou-se de reincorporar a postura prevalente na Economia Clássica, que contempla as determinações mútuas entre população e acumulação.

Dentro dessa ordem de preocupações, a produção recente tem levado a um certo impasse, que poderíamos tentar resumir nas seguintes questões:

- a) O que se entende por "lei da população" sobo capital;
- b) Qual (ou quais) a(s) diferença(s) entre as formas de inserção da dinâmica populacional na reprodução do Modo de Produção Capitalista e na de outros modos de produção;
- c) Como se altera a primeira quando o capital captura em seu circuito formas de produção não capitalistas, ou as recria.

Não será possível examinar exaustivamente todas essas questões. Algumas indicações sumárias servirão, no entanto, para situar o debate.

Em primeiro lugar, o problema indicado pela última questão não nos parece um problema real, já que ele pressupõe uma espécie de "capitalismo puro", com uma dinâmica populacional definida nesse estado de pureza e modificada pelo contato com outras formas (em algumas versões, modos) não capitalistas de produção. Já que o capital não só se apodera, mas sempre recria relações de produção não capitalistas, a noção de capitalismo puro é irrelevante. Parte, no mais, de uma concepção errônea do método marxista o que, no entanto, não discutiremos aqui.

Com relação as duas primeiras questões, algumas tentativas de resposta partem do exame das possibilidades (abstratas) de combinação entre trabalho (trabalhadores) e meios de produção. Nesse tipo de formulação, cada forma de combinação definiria um Modo com sua própria lei de população (estabelecida a partir da natureza daquela combinação mesma), a população adequada e a população "sobrante".

Um dos principais problemas dessa formulação refere-se à questão b) acima. O Capital tem os meios de tornar sua reprodução independente em relação à população total, ao contrario dos modos de produção que lhe são anteriores. Naqueles, o crescimento da população resume o desenvolvimento das forças produtivas, fornecendo as condições de produção o limite da população adequada. O que importa é a população operária, e esta é "tornada elástica" através dos mecanismos de extração de mais-valia relativa.

A lei de população sob o Capital é, pois, a lei de produção e reprodução do Exército Internacional de Reserva. Não há qualquer possibilidade de definir "in abstrato" o que seja a população adequada para o capital. Do mesmo modo, é exercício fútil deduzir das condições gerais de reprodução do Modo de Produção Capitalista uma lei geral de população (ou melhor, uma lei de "população em geral") para esse modo, uma lei outra que não aquela de formação do Exército Industrial de Reserva. Por essa razão, as tentativas de explicar a

Transição Demográfica com base apenas na passagem à predominância da exploração baseada na extração da mais-valia relativa pecam por formalismo e a-historicismo. Trata-se de engano metodológico, derivado da ausência de mediações entre determinações gerais (abstratas) e o fenômeno, no caso a dinâmica populacional. O procedimento é mais acorde com os economistas clássicos, que pretenderam articular diretamente a acumulação à dinâmica populacional, do que com Marx mesmo.

Isso nos traz uma outra questão: a da natureza das determinações que pesam sobre a População, ou do nível de concreticidade necessário aos estudos de população. Do que se disse anteriormente depreende-se que a População tem que ser encarada, do ponto de vista nível de concretude correspondente ao "locus" População, ter-se-á que percorrer o caminho que, partindo das determinações gerais, abstratas, do processo de acumulação vá incorporando as determinações sucessivas que dão concretude, historicidade, à noção de classe. Quer dizer, no estudo das situações concretas de classe é que deve situar-se o eixo central da problemática "População". E nessa situação de termina o objeto.

Esse objeto seria, então, o das relações de classe em situações históricas concretas. O que inclui, naturalmente, não apenas a "base econômica" dessas relações, mas também manifestações superestruturais, as articulações entre uns e outros, o Estado, etc. Vemos, agora, que a multiplicidade de temas a que aludimos no início da presente discussão não é resultado apenas da falta de consenso quanto ao enquadramento teórico que deveria reger os estudos de população. Ainda que consenso existisse, haveria que preservar aquela multiplicidade que é o reflexo das múltiplas determinações que operam sobre o objeto.

Esboçado o "espaço teórico" do objeto "População" dentro do referencial do materialismo histórico convém, agora, voltar à questão da problemática que complementar a sua definição.

Na primeira secção mostramos que a rejeição da Teoria de Modernização acompanhou-se da (e gerou) alteração da problemática "População". Poder-se-ia, talvez, encontrar um nexos mais profundo nesse movimento. Se for possível encontrar um traço dominante um sentido nessa evolução, este será o de gradual e contraditória emergência para o centro da análise da problemática da dominação de classe. Emergência essa que não se separa das explicitações da mesma problemática no seio das sociedades latino-americanas, resultado da aceleração do processo de integração da periferia ao Capitalismo monopólico internacional. Integração que se faz à base da exclusão política das massas mobilizadas pelo

processo de industrialização.

A Teoria da Modernização escamoteia, no nível da análise, essa problemática, que nem por isso está ausente na origem do interesse pela questão populacional. Os enfoques histórico-estruturais que se contrapuseram inicialmente a postura neo-malthusiana a partir da ótica do desenvolvimento nacional começam a incorporar o conflito de classe em substituição à suposta universalidade do interesse nacional. Falta agora, a nosso ver, dar o passo seguinte orientando nosso trabalho para a incorporação ao objeto "População" dos problemas que são as centrais das sociedades latino-americanas: o da exclusão política das massas trabalhadoras e sua seqüela, a exclusão econômica, cujas manifestações mais evidentes são o crescimento das periferias das cidades e o movimento da fronteira agrícola. Achamos que no conjunto de fenômenos que compõem a vida dessas populações marginalizadas é que deve moldar-se o objeto de estudo "População".

3. O PROBLEMA DAS MEDIAÇÕES

Ao tratar da questão "mediações" no contexto dos estudos de população na América Latina é necessário ter se presente que a questão surgiu vinculada às discussões sobre o tratamento e interpretação da fecundidade. Isto é, a questão das "mediações" surge no contexto dos estudos de fecundidade. Embora a questão possa (e deva...) ser discutida num plano metodológico mais geral, como indicaremos no decorrer destas linhas, e possa mesmo ser pensada em função de temas como as migrações ou mesmo a mortalidade, todo o esforço, neste momento, está marcado pelo debate colocado em torno do tema fecundidade.

Apenas para começar por algo que é do conhecimento de todos os que, na região, ocuparam-se ou ocupam-se com este tema, é importante explicitar o tipo de necessidade ou de inquietação que fez com que lançasse mão da ideia de "mediação". Não se pretende aqui reconstruir o caminho percorrido em todos os seus meandros, mas apenas apontar certos problemas cruciais na solução dos quais o recurso a ideia de "mediação" pareceu ser uma alternativa promissora.

O movimento de crítica ao conhecimento produzido sobre os níveis e tendências da fecundidade e seus determinantes nos anos 70 consistiu num duplo esforço de, por um lado, chamar a atenção para a insuficiência dos modelos teóricos até então utilizados explorando, em função tanto das premissas neles contidas quanto dos resultados alcançados, as razões desta insuficiência. Por outro lado, a crítica avançou na busca de modelos alternativos, o que implicou na ampliação de perspectivas no tratamento do problema, pela ênfase num ponto de vista que se convencionou chamar de "histórico- estrutural", como já salientamos.

De fato, grande parte das novas formulações propostas inspirou-se, de um modo ou de outro, no pensamento marxista. Este serviu como orientação teórica geral, como modo de pensar a sociedade e sua história e, como tal, capaz de fecundar tentativas de reformulação teórica no campo da população. Parece estar suficientemente claro, no entanto, que esta origem, aparentemente comum, não foi suficiente para consolidar um modelo teórico alternativo, sendo possível encentrar inúmeras versões, mais ou menos consistentes.

Independentemente disso, no entanto, alguns problemas as comuns se impuseram. Em primeiro lugar, era preciso dar conta da complexidade denunciada pelas novas orientações. Esta complexidade pode ser expressa em termos das relações entre ordens de fenômeno ou entre níveis de análise, ou ainda entre níveis de realidade, dependendo das distintas formulações. Nesse primeiro conjunto de problemas duas parecem ser as questões, pendentes ainda, às quais o recurso à ideia de mediação parecia oferecer uma possibilidade de resposta:

- a) A questão das relações entre o nível "macro" e o nível "micro", ou seja, das relações entre os processos e estruturas globais e fenômenos específicos, retidos ao nível do comportamento individual;
- b) A questão das relações entre a "infraestrutura" e a "superestrutura", à qual se liga a questão da própria dinâmica da superestrutura e seu papel na explicação dos fenômenos demográficos.

É importante salientar que, embora estes temas estejam interligados, faz sentido distingui-los. A segunda que tão, por exemplo, aparece em perspectivas que trabalham tanto no nível "macro" quanto "micro". Ainda, e como lembrete, é preciso não esquecer que os problemas apontados acima não são particulares aos estudos de população, constituindo problemas pendentes nas Ciências Sociais de um modo geral.

Um segundo problema central às novas orientações e, como já mencionamos, o da própria definição do objeto. Nesse particular, o movimento, a que fizemos referência nas páginas anteriores, tem de certa forma origem nas discussões acerca da fecundidade e das concepções que informavam seu e tudo. Desse modo, a crítica que se endereçava mais especificamente aos estudos da fecundidade passa a envolver os estudos de população de um modo geral. O que se observa, então, é o desdobrar de uma Problemática que parece, às vezes, deixar intacto o objeto, mas que, na verdade, faz emergir múltiplos objetos, com relações mais ou menos claras e explícitas com a fecundidade.

Sem pretender recompor em detalhe este desdobrar, e possível apontar, pelo

menos quatro concepções do objeto de estudo além da própria fecundidade:

a) Comportamento reprodutivo: de um modo geral a utilização deste termo implica numa ampliação do fenômeno a ser explicado ao nível dos indivíduos, incluindo-se nele todos os comportamentos ou ações capazes de afetar, positiva ou negativamente, a fecundidade. Esta é então tomada como uma resultante final. Em alguns casos, o "comportamento reprodutivo" envolve também disposições, percepções; etc., com relação a aspectos como a sexualidade, a procriação, etc., e que interferem na fecundidade.

b) Reprodução da população: a eleição deste objeto manifesta já uma reorientação que remete ao nível de análise global afastando-se, portanto, da preocupação em explicar comportamentos individuais. A reprodução da população é vista como um processo dinâmico que resulta da inter-relação entre a natalidade, a mortalidade e as migrações, responsáveis pela reposição da população enquanto um certo número de indivíduos, distribuídos nos diversos grupos de idade e no espaço, refletindo as transformações da sociedade. A definição do objeto nestes termos padece da mesma indeterminação a que fizemos referência em secções anteriores.

c) Reprodução da força de trabalho: a redefinição ao longo desta linha apoia-se na ideia de que o problema da população é relevante na medida em que se considere a população como elemento subordinado à dinâmica do Capitalismo em nossas sociedades. Não é, pois a população que interessa, mas a população para o Capital. Nesta perspectiva bifurcam-se duas orientações, com distintas implicações, quer para o problema das "mediações", quer para eventuais estratégias de investigação. Uma que propõe como objeto de estudo a "produção de população para o Capital, em termos globais. Seria necessário saber como a dinâmica do Capital mobiliza uma determinada população de modo a suprir suas necessidades de mão-de-obra. Os componentes da dinâmica demográfica – a natalidade, a mortalidade e as migrações – seriam redefinidos a partir dessa perspectiva. Uma segunda orientação é aquela que se encaminha no sentido de uma "micro-economia da força de trabalho", focalizando a reprodução da força de trabalho enquanto, especificamente, reprodução de indivíduos vendedores de força de trabalho, tratando de aspectos como a ampliação das exigências de qualificação da mão-de-obra no Capitalismo e os custos relativos dos

investimentos a serem realizados pelas unidades familiares encarrega – das dessa reprodução. Em algumas versões, o que se dá é, de fato, uma retradução em linguagem distinta, dos estudos micro-econômicos da fecundidade a partir das funções de utilidade.

d) Reprodução da sociedade ou das classes sociais nessa linha, a reposição de indivíduos faz parte do processo de reprodução da própria sociedade, na medida em que se insere num conjunto de atividades que, de um lado, garantem cotidianamente a reprodução das condições de existência e, de outro, garantem e/ou alteram, a médio e longo prazos, a posição que esses indivíduos ocupam no sistema de classes sociais. Deve-se ter sempre presente que, subjacente à esta concepção do objeto de estudo, está a dinâmica do Capital e a estruturação das classes sociais e suas transformações correspondentes aos diferentes momentos desse processo. Ênfase é dada à constituição e organização das relações de parentesco afim e consanguíneo – e com isso à família – na medida em que com elas se estabelecem laços de cooperação significativos, tanto na sobrevivência cotidiana quanto na possibilidade dos indivíduos a manterem ou alterarem suas relações com outros na sociedade. O número de filhos, seu espaçamento, os encargos atribuídos ou assumidos pelos filhos, a organização doméstica, etc., passam a ser elementos constitutivos de "Estratégias de vida", isto é, de modos concretos de viver socialmente.

Obviamente que o problema das "mediações" terá um caráter distinto em cada uma destas maneiras de pensar o objeto de estudo e, dentro dele, a fecundidade. Entretanto, e possível, e mesmo necessário, abordar a questão das mediações num plano metodológico mais geral. Como tarefa seguinte restaria especificá-la em função de um objeto, ou seja, em função da problematização de uma situação concreta.

Antes de mais nada, é necessário explicitar o que se tem em mente ao se fazer referência às "mediações". Conforme foi dito anteriormente, o recurso às "mediações" surge como maneira de dar conta da complexidade do real. Esta complexidade se apresenta como multiplicidade de aspectos, fatores, etc., de cujas relações dependem a explicação dos fenômenos. Duas são as principais acepções em geral presente.

Na primeira, "mediação" é vista como um fator a mais na cadeia de determinações de um fenômeno, como algo mais a se levar em conta para que se complete o conhecimento do

objeto. Nesta acepção “mediação” aparece, por vezes, como variável interveniente, em um esquema de explicação em que o fenómeno a ser explicado constitui-se na variável dependente, e as causas ou fatores que o determinam constituem-se nas variáveis independentes, segundo o conhecido esquema:

variável independente	variável independente	variável dependente
--------------------------	--------------------------	------------------------

Nessa versão, a ideia básica é a de que os determinantes sócio-estruturais sobre o comportamento dos indivíduos produzem-se através de processos e mecanismos de socialização, gerando predisposições (valores, atitudes, normas, etc.) que, por sua vez, afetam o comportamento individual. Trabalha-se, portanto ao nível de indivíduos, constituindo, as variáveis independentes, atributos individuais.

Concepção semelhante é aquela em que a variável interveniente aparece traduzida em termos globais. A partir da identificação e hierarquização de esferas ou níveis da realidade, as "mediações" passam a ser aquelas esferas que se situam entre os níveis "macro" e "micro-sociais". De um lado, teríamos a estrutura e/ou processos de mudança estrutural e de outro, o nível dos indivíduos. Mediando os dois estariam as instituições sociais, que seriam:

- a) Os mecanismos ou organizações através dos quais os indivíduos se inserem nas estruturas (instituições económicas como as empresas por **exemplo**).
- b) Mecanismos ou organizações que traduzem em termos ideológicos (valores, normas, etc.), as exigências das estruturas (a escola e a família, por exemplo).
- c) Mecanismos ou organizações que filtram e amortecem as demandas que se originam no nível dos indivíduos, propondo soluções compatíveis com as estruturas, no sentido de evitar a ruptura de um determinado padrão estrutural (o conjunto de leis, os sindicatos e organismos de representação profissional, políticas públicas, por exemplo).

Em qualquer uma das versões acima está presente a ideia de que as "mediações" pertencem ao reino da superestrutura, quer entendidas como instituições, quer como valores, normas, etc., ou mesmo como ideologia.

A segunda acepção é aquela em que a "mediação" aparece como recurso do

pensamento, como momento do pensamento em seu esforço de conhecer o objeto. Subjacente a esta noção de mediação existe a dicotomia manifestação essência, sendo tarefa de o conhecimento percorrer o caminho de ida e volta entre a manifestação do fenômeno e sua essência. Em termos metodológicos, a ideia seria a de que os modelos teóricos, como instrumentos que são do conhecimento, retêm as determinações essenciais dos fenômenos, sendo necessário reconstruir a realidade de modo a poder explicar o mundo tal como ele aparece aos nossos olhos.

Em ambas as acepções, portanto, existe a ideia de que o recurso às "mediação" se faz para a reconstrução dos nexos entre fenômenos. Nesse sentido, caberia discutir a questão dos níveis de análise em termos de níveis ou grau de concretude em que se apreende a realidade. De qualquer maneira é importante distinguir níveis de análise de níveis de realidade, pelo menos naquela acepção em que esta se divide em "infraestrutura" e "superestrutura". Nessa linha, as "mediações" terão sempre um referente ideológico, vinculadas às ideias de "variáveis intermediárias" e "estruturas intermediárias".

4. FAMÍLIA COMO MEDIAÇÃO

Em várias análises e propostas de investigação relacionadas à fecundidade, a família aparece como dimensão privilegiada ou, pelo menos, como antecedente lógico, como pressuposto nem sempre convenientemente explicitado. Também a ênfase na família responde de certo modo à crítica empreendida aos estudos de fecundidade, tanto no que diz respeito à atomização dos indivíduos quanto no que se refere à complexidade do fenômeno do qual a fecundidade é apenas um aspecto.

Dada a importância atribuída à família convém discutirmos o modo como esta é incorporada no estudo da reprodução. Isto nos remete à necessidade de pensá-la em função dos diferentes objetos de estudo identificados anteriormente possível dizer que, em alguns casos, não caberia considerar a família, tendo em vista o nível em que a análise é proposta ou em função dos processos privilegiados por uma dada maneira de abordar os fenômenos. De fato, não há qualquer compromisso teórico que imponha considerar-se a família. A ênfase na família se justifica ou não, faz ou não sentido, dependendo de como se formula o objeto de estudo.

Com frequência e talvez mesmo na grande maioria dos casos em que a família comparece, o faz como nexo mediador na determinação de fenômenos demográficos. Esse

nexo media – dor é ora entendido como um conjunto de relações de afinidade e consanguinidade organizadas em uma unidade observável – a família enquanto estrutura e organização – ora como um conjunto de valores, atitudes, normas, etc., que dizem respeito à família. Em ambos os casos a família como mediação é entendida em termos de fatores que medeiam às determinações sociais sobre o comportamento individual, quer em termos macro, quer em termos micro-sociais. Em situações em que o objeto de estudo se define como "fecundidade", "comportamento reprodutivo", "reprodução da força de trabalho" (em uma de suas versões) ou "reprodução das classes sociais", a família aparece muitas vezes desse modo.

Parece-nos possível, no entanto, explorar uma alternativa distinta. Isto é, é possível pensar uma alternativa em que a família como mediação assumisse o caráter de instrumento metodológico aproximando-se, dessa forma, da noção de mediação como momento do pensamento na construção do objeto de estudo e de sua explicação. A família seria um dos momentos ou etapas necessários para que se reconstruam os nexos de sentido entre os fenômenos.

Elegendo-se como objeto de estudo a reprodução das classes sociais ou, mais concretamente, a reprodução dos modos de viver socialmente, é possível tomar-se a família como meio de aproximação ao objeto. A família, ou as relações de afinidade e consanguinidade organizadas em unidades familiares, constituiria o ponto de entrada a partir do qual seria possível entender o modo como se reproduzem as condições de existência. Na medida em que essas relações de parentesco constituem também relações de cooperação (não importando num primeiro momento a consciência delas) significativas do ponto de vista da reprodução social de indivíduos (pelo menos no que diz respeito ao cotidiano deste processo), é possível a partir delas e através delas reconstruir os modos concretos de se viver socialmente.

A ideia de que, no capitalismo, a força de trabalho se individualiza, e que, portanto os membros da unidade familiar se colocam individualmente no mercado, é verdadeiro como limite, o que não reduz o significado das relações de parentesco enquanto de sobrevivência.

5. ALGUMAS SUGESTÕES PARA O FUTURO

Em decorrência do que foi discutido nos itens anteriores, a nosso ver a "questão populacional" nas sociedades latino-americanas, portanto sociedades capitalistas periféricas aos polos hegemônicos internacionais, não se coloca apenas em termos da configuração do "Exército Industrial de Reserva", ou, conforme outra versão, do excedente ou

escassez de população para o Capital. Os esforços de reflexão teórica a respeito da População ainda deverão prosseguir para dar conta das mediações entre acumulação de capital e população em momentos históricos determinados. Esse desenvolvimento não poderá descartar o problema da própria definição do objeto de estudo e da metodologia adequada à reconstrução da realidade, ou seja, de situações históricas concretas. Nesse sentido, os próprios procedimentos da Análise Demográfica poderão ser acrescidos e repensados se, por exemplo, a definição do objeto "População" caminhar no sentido de incorporar a velocidade do ciclo vital das distintas classes sociais. Desde logo torna-se evidente a necessidade de se integrar a mortalidade como um elemento de fundamental importância na reposição de classes sociais determinadas.

No entanto (e a experiência anterior nos mostrou isso), não nos parece que o desenvolvimento teórico deva ser trabalhado em si mesmo; discutir em si mesmo qual é o objeto de estudo; discutir em si mesmo qual o problema das mediações; discutir em si mesmo novos procedimentos de análise demográfica. Ao contrário, a teoria e a prática de pesquisa devem caminhar juntas, com realimentações recíprocas.

Com essas considerações em mente, procuramos sistematizar no que se segue, sugestões para o desenvolvimento da investigação das questões populacionais com o objetivo de contribuir para uma discussão sobre os rumos da pesquisa demográfica na América Latina. As propostas que se seguem decorrem das considerações teórico-metodológicas precedentes. Não se trata de sugerir a imposição de uma postura teórica, mas de tentar derivar coerentemente as consequências posturas em termos da atividade de pesquisa.

Partimos da ideia de que é necessário evitar um procedimento metodológico comum que consiste em procurar uma conexão imediata entre as proposições teóricas mais gerais e os fatos mais crus. No exame concreto de situações concretas é necessário restabelecer a diversidade das determinações que constituem aquele concreto. Isso supõe, em primeiro lugar, reconhecer a importância das determinações superestruturais, vistas do ângulo da dominação de classe de constituição do aparelho do Estado, sobre os fenômenos populacionais. Não se trata apenas de analisar as instituições, ou as representações mentais, valores, etc., dos sujeitos. Isso nos dará mais do que uma visão fragmentada do real. É necessário entendê-los como partes constitutivas do Poder, da hegemonia de uma classe sobre outras.

Já fizemos ressaltar que o desenvolvimento da problemática nessa direção não obedece apenas ao impulso de sanar uma lacuna penosamente evidente nos estudos de

população. Decorre também de que o momento político na América Latina nos obriga a refletir sobre a questão da participação política das massas. A conjugação dessas duas circunstâncias (a indignação da produção sobre política e a urgência em "pensar politicamente") obrigam-nos a deslocar o enfoque dos estudos sobre política populacional ou reforçar uma tendência que se esboça em alguns trabalhos esparços. Já indicamos nossa discordância quanto a aceitação acrítica do intervencionismo e também quanto à desvinculação, frequente nos estudos de política populacional, entre proposições de política e a realidade do poder nas sociedades nacionais.

Queremos agora dar um passo adiante. Ao propor que o estudo dos processos políticos e suas implicações sobre a população, entendida essa como classe ou segmento de classe, seja o tema privilegiado de uma nova etapa da investigação na Região, pretendemos deslocar a questão "Política Populacional" para o interior da problemática mais ampla da dominação. Como entender qualquer política de população (e, mais grave, como entender qualquer política) sem recorrer às noções de hegemonia, sem pensar o papel das instituições na constituição dessas hegemonias, sem pensar o Estado e suas relações com a sociedade civil? São esses fenômenos fundamentais para a reconstrução de uma totalidade histórica determinada. E, voltamos a insistir, o objeto População só se define no nível de concretude correspondente ao de constituição e relacionamento histórico das classes.

Dito isso, convém apressarmos-nos em ressaltar que não pretendemos subestimar as determinações econômicas, mas que, ao contrário, nossa proposta consiste em desenvolvê-las ao ponto de dotá-las das múltiplas facetas com que ela se apresenta e expressa ao nível das relações de classe. Assim, consideramos que os processos de constituição e funcionamento dos mercados de trabalho devem vir a ser outra das linhas prioritárias de interesse. Outra vez, trata-se de vincular problemas de oferta e demanda de mão-de-obra não só aos "determinantes estruturais" das mesmas, mas também, a problemas de organização da classe operária, do sindicato como extensão do Estado, dos salários em relação à organização política, etc., etc.

Da mesma forma, cumpre concretizar e dar especificidade ao conjunto de fenômenos que se tem invocado sob a denominação geral da "penetração do capitalismo" tanto na agricultura como em certos ramos da produção e serviços urbanos. Aqui, a preocupação central deve ser a de levantar casos concretos em que se possam desvendar os mecanismos através dos quais relações de produção são transformadas e em que a organização da produção é diretamente capturada pelo Capital. Igualmente importante será o estudo de como populações expelidas durante os processos de alteração das relações de produção

passam a constituir a periferia das cidades, assim como a maneira pela qual essa periferia se organiza e estabelece a divisão social do trabalho em função da ampliação do circuito do Capital. Particularmente relevante seria o estudo dos processos pelos quais essa população periférica é incorporada aquele circuito.

No exame das condições de vida e organização das populações periféricas estaria, talvez, o "locus" privilegiado para a tentativa de superação da divisão formal da Dinâmica Populacional em seus componentes. A ideia de Marx, já lembrada em outra parte do trabalho, de que classes distintas desenvolvem ciclos vitais de distintas velocidades, poderia ser o ponto de partida para aquela tentativa.

ANEXO

DOCUMENTOS E TRABALHOS EXAMINADOS A. DOCUMENTOS - PISPAL

1. "Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población relevantes para Políticas de Población en América Latina". PISPAL (Unidad Central), s.d.
2. "Anotaciones para el Análisis Político de las Políticas de Población: la relación entre la estructura de poder y la acción pública". PISPAL (Unidad Central), s.d.
3. "Proyecto de Programa de Actividades y Presupuesto 1975-76-77". Mexico: PISPAL, 1974.
4. "Informe de Avance". Mexico: PISPAL, 1974.
5. "Addendum al Proyecto de Programa de Actividades 1975-76-77". Centro Latinoamericano de Demografía – Unidad Central – PISPAL – Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografía. PISPAL (Unidad Central), 1974.
6. "Anteproyecto del Programa de Actividades y Presupuesto – III Fase 1978-79-80". PISPAL, 1977.

B. TRABALHOS FINANCIADOS PELO PISPAL

1. ATRIA, R. **Anotaciones para el análisis político de las políticas de población: la relación entre la estructura de poder y la acción pública.** Santiago de Chile, Chile: CELADE/PISPAL, 1975. (Documentos de Trabajo, n. 9).
2. _____; GONZÁLEZ, J. C. **La noción de política de población: una revisión de la literatura reciente.** Santiago de Chile, Chile: CELADE/PISPAL, 1975. (Documentos de Trabajo, n. 13).
3. BALÑAN, J. **Desarrollo desequilibrado y clases sociales: cuatro ciudades en el desarrollo de la Argentina Contemporánea,** s.d. (Mimeo)
4. BENITES, R. Z. **La población y el desarrollo en la historia de México:** anteproyecto de investigación. Mexico: Instituto de Investigaciones Sociales (USUNAM) de la Universidad Autónoma do Mexico, s.d. (Mimeo)
5. BRANDT, V. C. **Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América**

Latina. Notas Teóricas. s.d. (Mimeo)

6. _____. **Estoques populacionais, força de trabalho e acumulação na agricultura brasileira.** s.d. (Mimeo)

7. CAMARGO, C. P. **Santa Cruz do Sul, análise econômica e institucional.** s.d. (Mimeo)

8. CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia: desenvolvimento socioeconômico e as políticas de população.** s.d. (Mimeo)

9. CSUCA. **Población, desarrollo rural y migraciones internas en Centro América.** Programa Centroamericano de Ciencias Sociales. Série Informes de Investigación, tomos III e IV, 1977.

10. CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS Y DEMOGRÁFICOS. **Proyecto de investigación: análisis de los cambios demográficos en diferentes contextos sócio-econômicos agrícolas de Mexico.** Mexico: El Colegio de Mexico, s.d. (Mimeo)

11. CELADE. **Pauta para la caracterización econômica, social, política e demográfica de los países en estudio.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo) (Proyecto n. III – Centro Latinoamericano de Demografía – Sector Políticas de Población – Proyecto Estratégias. Versión final).

12. _____. **Segundo informe semestral de avance para el PISPAL.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo)

13. _____. **Síntesis de conclusiones de la primera reunion de coordinación.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo)

14. CORREA, G. **Algunas consideraciones conceptuales y metodológicas para el estudio de las estratégias de desarrollo y las políticas públicas y sus efectos sobre la estructura econômico social.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo) (Borrador para discusión)

15. CORREA, G.; TAPIA, R.; UTHOFF, A. **Construcción empírica de sectores sociales y medidas de fecundidade.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo)

16. ERRÁZURIS, M. M. **Notas sobre el efecto de um aumento de la educación sobre la fecundidad.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo) (Borrador para discusión interna)

17. ERRÁZURIS, M. M.; ORTIZ, P. **Heterogeneidad estructural y el processo de urbanización.** Santiago de Chile, Chile, 1975. (Mimeo) (Borrador para discusión)

18. FARIA, V. **Pobreza e marginalidade em sistemas urbanos complexos: estudo temporário de cidades estruturalmente diferentes.** s.d. (Mimeo)

19. _____. **Sistema urbano, estrutura urbana e marginalidade: o caso de Salvador.** s.d. (Mimeo) (Relatório Final do Projeto de Pesquisa financiado pelo PISPAL)

20. FILGUEIRA, C. H.; APEZECHEA, H. J. **Cambio social e comportamento reprodutivo.** Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay, 1976. (Mimeo)

21. DI FILIPPO, A. **El desarrollo regional diferenciado y la dinámica poblacional em America Latina.** s.d. (Mimeo)

22. _____. BRAVO, R. **Los centros nacionales de desarrollo y las migraciones internas em América Latina: um estudio de caso,** Chile. Santiago de Chile, Chile: CELADE/PISPAL, 1977. (Documento de Trabajo, n. 16)

23. FLICHMAN, G. **Caracterización sócio-econômica de áreas rurales de la República Argentina.** s.d. (Mimeo)

24. FUCARACCIO, A.; GONZÁLES, F. **Notas para una discusión acerca de la ley de población en Marx.** Santiago de Chile, Chile: CELADE/PISPAL, 1975. (Documento de Trabajo, n. 11).
25. GARCIA, B. **El estudio de la dinámica demográfica y el desarrollo agrícola.** Discusión de algunas contribuciones importantes. 1975. (Mimeo)
26. GELLER, L. **Fecundidad de familias campesinas: el caso de Santiago del Estero.** s.d. (Mimeo)
27. _____. **Dinámica agrária e dinâmica poblacional – Argentina 1947-1960.** s.d. (mimeo)
28. _____. **Crescimento demográfico e modos de produção.** s.d. (Mimeo)
29. GONZÁLEZ, G. et al. **Comentários críticos acerca del proyecto estrategias de desarrollo y políticas de población en América Latina.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, s.d. (Proyecto Estratégias)
30. _____. **Tercer informe semestral de avance.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975-1976.
31. _____. **Heterogeneidad estructural y transición demográfica.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975. (Mimeo)(Notas para discusión II)
32. _____. **Heterogeneidad estructural y transición demográfica.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975. (Mimeo)(Notas para discusión III)
33. _____. **Heterogeneidad estructural y transición demográfica.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1974. (Mimeo)(Notas para discusión I)
34. _____. **Empleo de mujeres y fecundidad.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1973. (Mimeo)
35. LAMOUNIER, B.; KINZO, M. D. **Políticas públicas de população no Brasil.** Proyecto Estratégias de Desarrollo e Políticas de Población. 1976 (Mimeo)
36. MARSHAL, A. **El mercado de trabajo en el capitalismo periférico: el caso de Argentina.** s.d. (Mimeo)
37. MUNHOZ, F. A. **Educação popular e controle de natalidade.** s.d.
38. MUÑOZ, G. O. **Estructura de empleo y desarrollo económico.** 1975 (Notas para Discusión. Proyecto Estratégias)
39. ORTIZ, P. **Urbanización y fecundidad: algunos elementos de discusión del marco teórico.** 1975. (Mimeo) (Relaciones B-C – Borrador para discusión)
40. _____. **Elementos para una tipología de contextos sócio-espaciales.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975.
41. PIERUCCI, A. F. **Ideologia católica e reprodução humana no Brasil.** sd. (Mimeo)
42. PRATES, S.; LOMBARDI, N. N. **Proyecto de investigación: dinámica población: un caso concreto del sector rural del Uruguay.** Montevideo: Centro de Investigaciones y Estudios Sociales del Uruguay, s.d. (Mimeo)
43. SOUZA, B. M. **Instituição de saúde e comportamento reprodutivo no Brasil.** s.d. (Mimeo)
44. UTHOFF, A. **Ideas para el desarrollo de una teoría acerca del Tamaño de la familia.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975. (Notas para Discusión)
45. _____. **Metodología para el análisis de los determinantes de la fecundidad diferencial.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975. (Notas para Discusión)

46. _____. **Notas aleatórias acerca del método para el análisis de la fecundidad diferencial.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1975.
47. ZUÑIGA, L. **Las estadísticas de la fuerza de trabajo y la educación en el estudio de los recursos humanos.** Santiago de Chile, Chile: CELADE, ELAS, 1976. (Proposición para un Subsistema de Estadísticas y Elementos para el Análisis de Información)
48. (Sem indicação do Autor) **Migración interna y salud en Colombia.**

C. OUTROS TRABALHOS

1. ERRÁZURIS, M. M. **El tratamiento del problema de población en la producción de los científicos sociales en Chile (1958-1972).** Santiago de Chile, Chile: CELADE, 1974.
2. MERTENS, W. **Population research in Latin America:** presentacion and evaluation of recent orientations. Universitas Indonesia, s.d.
3. MORA Y ARAUJO, M. **Teoria y dados:** comentarios sobre el enfoque histórico-estructural. Buenos Aires, Argentina: Centro de Investigaciones Sociales do Instituto Torquato di Tella, s.d.
4. PRZEWORSKI, A. **Sociological theory and the study of population:** reflexions on the work of the CLACSO Comission on Population. s.d.
5. URZUA, R. **Social science research relevant for population policies in Latin America (only for comments).** Third IRG Meeting, 1977.
6. ZÉMELMAN, H. **Problemas en la explicación del comportamiento reproductivo (sobre las medicaciones).** Mexico: CES/El Colegio de Mexico, s.d.